

**LEI Nº 1.498, DE 12 DE JUNHO DE 1984.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~INSTITUI O SALÁRIO FAMÍLIA DO  
FUNCIONÁRIO ESTATUTÁRIO  
MUNICIPAL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte lei:~~

~~**Art. 1º** – Fica instituído o Salário-Família, que será concedido a todo funcionário estatutário ativo e inativo da Municipalidade, em conformidade com o disposto no art. 148 e seus incisos, bem como os artigos nº 149 a 155 da Lei Estadual de nº 3.200, Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Espírito Santo.~~

~~**Art. 2º** – O Salário-Família de que trata o artigo 1º desta Lei, é da importância de CZ\$ 246,60 (duzentos e quarenta e seis cruzados e sessenta centavos) e será pago em conformidade com o disposto nos artigos da Seção IV, do Capítulo IX, da citada Lei Estadual de nº 3.200, com recursos próprios do orçamento do Município. [\(Redação dada pela Lei nº 1.673/88\)](#)~~

~~**Art. 3º** – As quotas de Salário-Família não se incorporam para nenhum efeito, ao salário ou remuneração devidas ao funcionário.~~

~~**Art. 4º** – Esta Lei entrará em vigor em na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho do corrente ano, revogadas disposições em contrário.~~

~~Alegre (ES), 12 de junho de 1984.~~

~~**DJALMA MONTEIRO DA SILVA**  
**Prefeito Municipal**~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.